

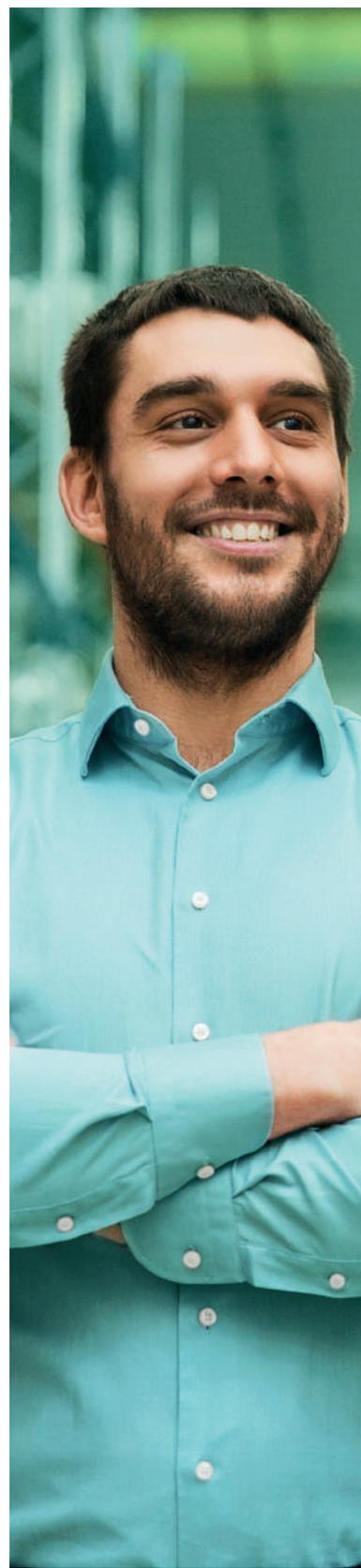


RELATÓRIO ANUAL 2019



ÍNDICE

Palavra do Presidente.....	04
Relatório da administração.....	08
Balanco Ativo.....	14
Balanco Passivo.....	15
Demonstração de Sobras ou Perdas.....	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	18
Notas Explicativas.....	19
Relatório de Auditoria.....	33
Parecer do Conselho Fiscal.....	36





PALAVRA DO PRESIDENTE

Estimados amigos e amigas,

Apresentamos nesta oportunidade o Relatório de Gestão 2019 da Cooperativa de Crédito de Servidores Públicos Cooperplan Ltda. – SICOOB COOPERPLAN.

Contudo, antes de descrever os resultados de nossa cooperativa, julgamos conveniente tecer breves comentários a respeito do cenário econômico brasileiro. Em 2019, a inflação acumulada foi de 4,31%, um pouco mais alta do que no ano anterior, mas ainda dentro da banda de tolerância estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. A taxa Selic encerrou o exercício em 4,50%, após vários cortes promovidos pelo Banco Central no decorrer do exercício, passando a ser o piso histórico dessa taxa. A taxa de câmbio oscilou um pouco ao longo do ano e fechou o exercício com subida de 4,68%. Mais uma vez, o desemprego encerrou o ano em patamar bastante elevado, equivalente a 11,9%. Desse contexto, resultou que a atividade econômica manteve o ritmo de lenta recuperação visto em 2018, repetindo o crescimento de apenas 1,1%.

No âmbito da cooperativa, nosso principal desafio continua a ser o crescimento sustentável, nesse difícil cenário de estagnação econômica. Considerando que nossa atuação circunscreve sobretudo os servidores públicos do governo federal, atentamos para os efeitos resultantes do teto dos gastos e da reforma da previdência. No primeiro caso, percebemos a não aprovação do reajuste anual para



o funcionalismo público em 2020 e a suspensão dos concursos para provimento de cargos efetivos.

No segundo, verificamos que a aplicação das novas alíquotas de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social, a partir de março deste ano. Como consequência, concluímos que essas políticas resultarão, em longo prazo, na diminuição da quantidade de servidores públicos e, mais imediatamente, na redução do poder aquisitivo de nossos associados.

Dentro do sistema financeiro, vislumbramos que a queda na taxa de juros é, sem sombra de dúvidas, benéfica aos associados e induz à retomada do crescimento econômico em nosso País. No entanto, observamos que ela também vem acarretando o acirramento da concorrência entre as instituições, gerando maior número de portabilidade de operações de crédito que saem da cooperativa.

Para suplantar tais dificuldades, buscamos permanecer alinhados com os interesses de nossos associados, oferecendo-lhes taxas de juros competitivas em suas operações de crédito, taxas de remuneração atrativas em seus investimentos financeiros e pacotes de serviços condizentes com suas necessidades.

Com o propósito de reduzir o índice de inadimplência, reformulamos nosso processo de cobrança, que reforça a possibilidade de renegociação na esfera administrativa, mas sem retardar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis em cada caso. Com essas medidas, tivemos um excelente índice de recuperação de perdas ao longo do ano.

Também reforçamos nosso quadro de pessoal. Ampliamos o corpo diretivo para 4 diretores e a equipe funcional, que lhes dá suporte, para 14 colaboradores. Tanto os diretores, quanto os colaboradores vêm recebendo capacitação por meio de cursos de curta duração, cursos à distância e auxílio financeiro para cursos de graduação e pós-graduação.



No campo da representação institucional, participamos de várias instâncias do cooperativismo, entre elas, assembleias e reuniões de órgãos colegiados do Sicoob Planalto Central, da Organização das Cooperativas no Distrito Federal – OCDF e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop.

No segundo semestre do ano passado, iniciamos a revisão de nosso Planejamento Estratégico, tendo o apoio da Fundação Dom Cabral, por meio do Programa Parceiros para a Excelência, promovido pelo Sicoob Planalto Central em parceria com o Sescoop/DF. Também investimos na modernização de nossas operações, permitindo o atendimento via plataformas tecnológicas e implantando sistema de assinaturas eletrônicas em documentos.

Por fim, faz-se indispensável mencionar e agradecer o apoio da Comissão de Eventos na realização da confraternização anual de nossos associados. Trata-se de evento que, junto com a campanha de doações, já se tornou recorrente na história de nossa cooperativa. É uma importante iniciativa que visa a aprofundar os vínculos de relacionamento entre os associados, engajá-los em nossas ações sociais, divulgar as atividades efetuadas pela cooperativa e celebrar os resultados alcançados.

Ainda que tenhamos muito a comemorar em referência ao que realizamos no ano passado, grandes incertezas nos aguardam no futuro. Vivemos um momento em que atravessamos crise dupla de âmbito global, ambas de extrema gravidade. Por um lado, lutamos contra uma pandemia de uma doença ainda desconhecida, com sintomas que variam muito de pessoa para pessoa e que se alastra de forma muito acelerada, colocando em risco milhões de vidas em todo o mundo. Por outro lado, enfrentamos o risco de passar por uma longa e profunda recessão econômica, que pode resultar em consequências ainda mais negativas do que as piores crises já registradas na história.

Para mitigar os mencionados riscos, iniciamos, logo após o



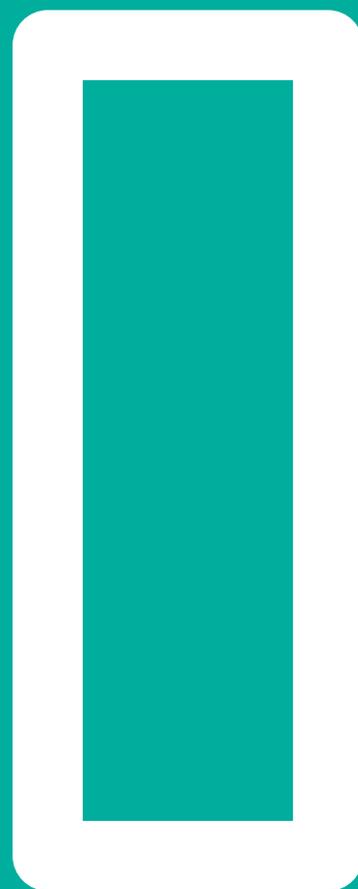
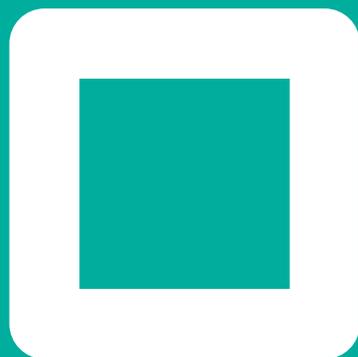
reconhecimento do surto, uma série de transformações na cooperativa para possibilitar o atendimento por meio de canais digitais e incentivar o trabalho remoto. Tais medidas têm o objetivo de resguardar a saúde de associados e colaboradores, ao mesmo tempo em que possibilitam a continuidade de nossas atividades operacionais.

Mesmo com tantos desafios, permanecemos esperançosos e confiantes no caminho do cooperativismo e de seus princípios, apoiados na economia colaborativa com o intuito de levar a justiça financeira a cada vez mais pessoas. Por esses motivos, agradecemos o inestimável apoio que recebemos diariamente de todos os nossos amigos e amigas, associados, dirigentes e colaboradores do Sicoob Cooperplan.

Brasília/DF, 26 de março 2020.

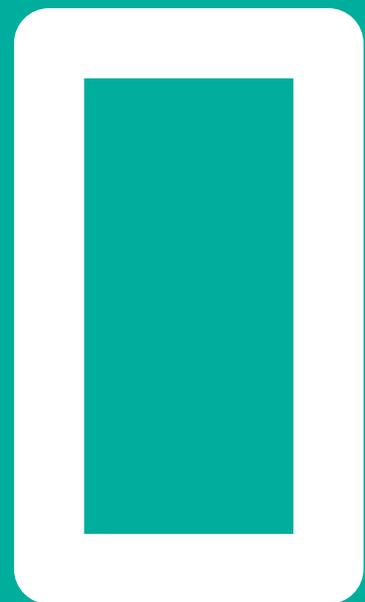
Rodrigo Abdalla Filgueiras de Sousa
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO





Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de
V.Sas. o Relatório da Gestão e
as Demonstrações Contábeis
do exercício de 2019 da
COOPERATIVA DE CRÉDITO
DE SERVIDORES PÚBLICOS
COOPERPLAN LTDA. – SICOOB
COOPERPLAN, na forma da
legislação em vigor.



1. Política Operacional

Em 2019, o Sicoob Cooperplan completou 22 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada a estimular a poupança, oferecer assistência financeira e promover educação de seus associados, formados, em sua maioria, por servidores públicos e prestadores de serviço ao governo federal. A cooperativa tem área de ação circunscrita aos órgãos do Poder Executivo federal sediados no Distrito Federal, e sua atuação se dá pela prestação de serviços financeiros aos associados.

2. Quadro Social

O quadro social em 31/12/2019 era composto por 874 associados, o que correspondeu a um acréscimo de 3,7% em relação ao exercício anterior.

3. Capital Social

O capital social alcançou o valor de R\$ 4.049.891,30 no encerramento do exercício, com um crescimento significativo de R\$ 723.490,37 ao longo do ano de 2019, representando um acréscimo de 22,2% em relação ao de 2018.

4. Resultados Financeiros

No exercício de 2019, o Sicoob Cooperplan gerou sobras líquidas, antes das participações estatutárias, no valor de R\$ 794.543,43, o que representou um crescimento de 22,3% em comparação com o ano anterior e correspondeu a um retorno anual de 12,4% sobre o patrimônio líquido médio do período.

5. Depósitos

As captações de recursos totalizaram R\$ 8.365.811,46, sendo R\$ 7.272.106,22 em depósitos remunerados e R\$ 1.093.705,24 em depósitos à vista. Na data-base de 31/12/2019, os dez maiores depositantes participavam com cerca de 48% e os cinquenta maiores com aproximadamente 84% da carteira.

6. Concessão de Crédito

A carteira de crédito fechou o ano de 2019 com a concessão de R\$ 20.380.324,78, sendo 93,1% em crédito consignado, 4,8% em crédito pessoal sem consignação, 1,6% em cheque especial e 0,5% em outros créditos. Na data-base de 31/12/2019, os dez maiores devedores participavam com cerca de 12% e os cinquenta maiores com aproximadamente 41% do total da carteira.

7. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Sicoob Cooperplan passou de R\$ 5.823.318,65, em 31/12/2018, para R\$ 7.040.658,19, em 31/12/2019, que corresponde a um aumento em R\$ 1.217.339,54 e equivale a um acréscimo de 20,9%.

8. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente, por meio de consultas cadastrais e avaliação de histórico interno de pagamento. Com base nessas informações, é verificado o risco de crédito do associado e de suas operações, por meio de escala de classificação, que segue o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 1999. Existem ainda limites de alçadas de aprovação pré-estabelecidos, a serem observados e cumpridos pela administração da cooperativa. Dessa forma, busca-se minimizar a ocorrência de irregularidades nos fluxos de pagamento dos créditos concedidos. Em conformidade com essas diretrizes, a política de crédito do Sicoob Cooperplan resultou numa concentração de 95,1% da carteira de risco de crédito nos níveis de “AA” a “C”.

9. Estrutura de Governança

A governança é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na Assembleia Geral, que é seu órgão supremo, o poder maior de decisão. A gestão da cooperativa também está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia. A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo Sicoob Planalto Central. Este, por sua vez, faz as avaliações e o monitoramento da operação e dos processos. Os balanços da cooperativa são auditados pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, que emite relatórios independentes, levados ao conhecimento de seus órgãos sociais. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, a quem cabe fiscalizar a cooperativa. Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária de 2019, com mandato de 3 anos, o Conselho Fiscal também faz parte da Estrutura de Governança da cooperativa, sendo o órgão social que exerce as atividades de fiscalização e controle sobre suas atividades. As responsabilidades do colegiado incluem verificar, de forma assídua e minuciosa, os atos de administração, avaliar os balancetes mensais, opinar sobre a regularidade das contas da administração, entre outras.

11. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Cooperplan aderiram, por meio de compromisso escrito, ao Código de Ética e de Conduta Profissional do Sistema SICOOB. Da mesma forma, ao ingressar na cooperativa, todos os novos funcionários assumem o mesmo compromisso.

12. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída de forma centralizada pelo Sistema SICOOB em 2007, representou um importante avanço a serviço dos associados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via chamada para 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2019, a Ouvidoria do Sicoob Cooperplan registrou 37 manifestações de associados, sendo 28 reclamações e 9 pedidos de esclarecimento ou solicitações. Todas foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

BALANÇO SOCIAL

No ano de 2019, diversos resultados sociais foram alcançados por meio de ações e projetos que desenvolvidas em conjunto com o Instituto Sicoob. No eixo cidadania financeira, destaca-se a atuação da cooperativa na Semana ENEF, por ser a entidade com o maior número de ações no sistema local. Também foram organizadas 7 palestras de educação financeira, alcançando uma audiência total de 114 pessoas. A cooperativa também participou ativamente do projeto das clínicas financeiras, que atenderam 400 pessoas. No eixo cooperativismo e empreendedorismo, a cooperativa participou do concurso cultural, que envolveu 271 alunos da rede pública de ensino. No eixo desenvolvimento sustentável, ressalta-se o projeto voluntário transformador, com 41 horas de trabalho voluntário executado por colaboradora da cooperativa. Além dessas realizações, foram organizadas a festa de confraternização dos associados e a campanha de arrecadação de alimentos, atividades que se destacam por sua singularidade na cooperativa. No último ano, reuniram-se 170 participantes na festa, sendo 156 associados e 14 acompanhantes pagantes. A campanha, organizada em conjunto com a festa, arrecadou 400 quilos de alimentos não perecíveis, que foram entregues a duas instituições de amparo social, indicadas e eleitas pelos associados em processo de votação, conforme definido pela Comissão de Eventos. Resultados positivos, que geram integração e engajamento dos associados com a cooperativa e as questões sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a nossos associados pela preferência e confiança, aos conselheiros pelo apoio e direcionamento e aos colaboradores pelo entusiasmo e dedicação.

Brasília/DF, 26 de março 2020.

**Carlos Roberto
Paiva da Silva**

Diretor Geral

**Isabel Quariguazy
da Frota**

Diretora Financeira

**Hacmony Amaro
dos Santos**

Diretor Administrativo

**Eduardo Soares
Silveira**

Diretor Comercial

Balanço Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	2019	2018
Circulante		8.211.359,76	9.070.505,30
Disponibilidades	04	195.120,30	193.307,54
Relações Interfinanceiras	05	4.897.780,83	5.407.786,59
Centralização Financeira		4.897.780,83	5.407.786,59
Operações de Crédito	06	2.956.323,07	3.361.966,01
Operações de Crédito - Setor Privado		3.318.489,97	3.644.517,68
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(362.166,90)	(282.551,67)
Outros Créditos	07	122.582,16	76.672,80
Avais e Fianças		35.268,06	99.268,87
Rendas a Receber		25.088,56	27.259,90
Diversos		83.579,82	20.076,93
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(21.354,28)	(69.932,90)
Outros Valores e Bens	08	39.553,40	30.772,36
Outros Valores e Bens		574,00	679,00
Despesas Antecipadas		38.979,40	30.093,36
Não Circulante		21.642.790,85	20.735.382,94
Realizável a Longo Prazo	06	17.424.001,71	17.465.751,62
Operações de Crédito		17.424.001,71	17.465.751,62
Operações de Crédito - Setor Privado		18.592.976,18	18.255.833,82
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.168.974,47)	(790.082,20)
Investimentos	09	3.905.681,89	2.886.282,99
Ações e Cotas		3.905.681,89	2.886.282,99
Imobilizado	10	313.107,25	381.359,06
Outras Imobilizações de Uso		613.545,80	606.285,76
Imóveis de Uso		150.000,00	150.000,00
(-) Depreciações Acumuladas		(450.438,55)	(374.926,70)
Intangível		-	1.989,27
Softwares		40.000,00	40.000,00
(-) Amortizações Acumuladas		(40.000,00)	(38.010,73)
Total do Ativo		29.854.150,61	29.805.888,24

Isabel Quariguazy da Frota
Diretora

JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Dados: 2020.04.24 18:39:09 -03'00'

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC-DF 7534

Hacmony Amaro dos Santos
Diretor Administrativo

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 23/04/2020 13:04:07 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 15DB-FA4F-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/15DB-FA4F-0004>

Balanço Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2019	2018
Circulante		21.821.407,89	23.982.569,59
Depósitos	11	7.373.726,93	8.684.629,62
Depósitos à Vista		1.093.705,24	668.427,96
Depósitos sob Aviso		1.992,57	1.894,12
Depósitos à Prazo		6.278.029,12	8.014.307,54
Obrigações por Empréstimos	12	13.892.938,14	14.857.543,01
Empréstimos no País		13.892.938,14	14.857.543,01
Outras Obrigações	13	554.742,82	440.396,96
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.819,98	571,67
Sociais e Estatutárias		169.621,90	178.781,66
Fiscais e Previdenciárias		64.194,97	42.500,67
Diversas		319.105,97	218.542,96
Não Circulante		992.084,53	-
Depósitos	11	992.084,53	-
Depósitos à Prazo		992.084,53	-
Patrimônio Líquido	15	7.040.658,19	5.823.318,65
Capital Social		4.049.891,30	3.313.400,93
Capital		4.049.891,30	3.313.400,93
Reserva Legal		2.566.399,53	2.208.854,99
Sobras ou Perdas Acumuladas		424.367,36	301.062,73
Sobras Acumuladas do Exercício de 2019		397.271,72	301.062,73
Sobras não destinadas do Exercício de 2018		27.095,64	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		29.854.150,61	29.805.888,24

Isabel Quariguazy da Frota
Diretora

JORGE LUIZ MOREIRA:084
94835149
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Dados: 2020.04.24 18:39:39 -03'00'
Jorge Luiz Moreira
Contador CRC-DF 7534

Hacmony Amaro dos Santos
Diretor Administrativo

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 23/04/2020 13:04:07 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 15DB-FA4F-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/15DB-FA4F-0004>

Demonstração de Sobras ou Perdas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º SEMESTRE 2019	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira		2.411.780,38	4.571.510,37	4.331.376,90
Resultado com operações de crédito	16	2.411.780,38	4.571.510,37	4.329.580,96
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	1.795,94
Despesas da Intermediação Financeira	17	(1.401.163,35)	(2.422.616,20)	(2.025.128,80)
Operações de captação no mercado		(314.313,52)	(646.631,98)	(546.052,46)
Operações de empréstimos e repasses		(474.868,83)	(978.520,20)	(755.392,00)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(611.981,00)	(797.464,02)	(723.684,34)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.010.617,03	2.148.894,17	2.306.248,10
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.075.231,61)	(1.384.913,83)	(1.672.430,97)
Receitas de prestação de serviços		116.501,27	259.177,33	92.961,90
Rendas de tarifas Bancárias	18	55.077,50	106.326,03	96.648,36
Despesas de pessoal	19	(833.962,40)	(1.618.442,59)	(1.216.425,01)
Outras despesas administrativas	20	(745.612,27)	(1.398.007,37)	(1.359.074,18)
Despesas Tributárias		(8.645,23)	(23.162,76)	(14.657,56)
Outras Receitas Operacionais	21	232.027,08	1.121.941,03	781.380,51
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		214.957,34	406.836,69	303.552,22
Outras Despesas Operacionais	22	(105.574,90)	(239.582,19)	(356.817,21)
Resultado operacional		(64.614,58)	763.980,34	633.817,13
Resultado não operacional	23	235,20	39.890,49	17.135,81
Receitas Não Operacionais		235,20	39.890,49	27.908,47
Despesas Não Operacionais		-	0,00	(10.772,66)
Resultado antes da tributação		(64.379,38)	803.870,83	650.952,94
Imposto de renda e contribuição social		-	(9.327,40)	(1.625,04)
Provisão para Imposto de Renda			(4.568,52)	(745,24)
Provisão para Contribuição Social			(4.758,88)	(879,80)
Sobras Líquidas		(64.379,38)	794.543,43	649.327,90
Juros sobre o capital próprio		-	-	(47.202,45)
Sobras líquida antes das distribuições estatutárias		(64.379,38)	794.543,43	602.125,45
Participações Estatutárias (FATES/Reserva Legal)		-	(397.271,71)	(301.062,72)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		(64.379,38)	397.271,72	301.062,73

Isabel Quariguazy da Frota
Diretora

JORGE LUIZ MOREIRA:084
94835149
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Data: 2020.04.24 18:40:43 -03'00'
Jorge Luiz Moreira
Contador CRC-DF 7534

Hacmony Amaro dos Santos
Diretor Administrativo

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 23/04/2020 13:02:12 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: DBC9-2A92-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/DBC9-2A92-0004>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS EM 01/JAN/2018	2.840.931,11	1.937.898,54	302.869,96	5.081.699,61
Aumento/Integralizações de Capital	471.981,06			471.981,06
Baixas/Devoluções de Capital	(275.043,81)			(275.043,81)
Distribuições de Sobras			(74.060,65)	(74.060,65)
Incorporação de sobras ao Capital	228.809,31		(228.809,31)	-
Incorporação de juros ao Capital	46.723,26			46.723,26
Destinação de Sobras conforme AGO-2018				
Sobras do exercício			602.125,45	602.125,45
Destinações				
-Reserva Legal		270.956,45	(270.956,45)	-
-FATES Atos Cooperativos			(30.106,27)	(30.106,27)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	3.313.400,93	2.208.854,99	301.062,73	5.823.318,65
Mutações do Exercício	472.469,82	270.956,45	(1.807,23)	741.619,04
SALDOS EM 01/JAN/2019	3.313.400,93	2.208.854,99	301.062,73	5.823.318,65
Aumento/Integralizações de Capital	806.281,80			806.281,80
Baixas/Devoluções de Capital	(343.758,52)			(343.758,52)
Incorporação de sobras ao Capital	273.967,09		(273.967,09)	-
Sobras do exercício			794.543,43	794.543,43
Destinações				
-Reserva Legal		357.544,54	(357.544,54)	-
-FATES Atos Cooperativos			(39.727,17)	(39.727,17)
SALDOS EM 31/DEZ/2019	4.049.891,30	2.566.399,53	424.367,36	7.040.658,19
Mutações do Exercício	736.490,37	357.544,54	123.304,63	1.217.339,54

Isabel Quariguazy da Frota
Diretora

JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Data: 2020.04.24 18:41:29 -03'00'

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC-DF 7534

Hacmony Amaro dos Santos
Diretor Administrativo

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 23/04/2020 13:01:00 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: BC95-DECD-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/BC95-DECD-0004>

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social	803.870,83	603.750,49
Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)	865.720,09	918.616,70
Despesas de depreciação e amortização	77.583,47	196.557,40
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	797.464,02	723.684,34
IR e CSLL	(9.327,40)	(1.625,04)
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(1.573.838,74)	983.853,53
Operações de crédito	(350.071,17)	(7.111.503,79)
Outros créditos	(45.909,36)	203.059,62
Outros valores e bens	(8.781,04)	(20.933,96)
Depósitos	(318.818,16)	3.121.636,19
Obrigações por empréstimos e repasses	(964.604,87)	4.968.864,04
Outras obrigações	114.345,86	(177.268,57)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	95.752,18	2.506.220,72
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos	(1.019.398,90)	(747.215,74)
Aquisição de imobilizado de uso	(6.022,02)	(129.687,79)
Aplicação no Intangível	(1.320,37)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.026.741,29)	(876.903,53)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de capital	806.281,80	196.937,25
Incorporação de juros ao capital	-	46.723,26
Sobras distribuídas aos associados	-	(74.060,65)
Destinação estatutária	(39.727,17)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	766.554,63	169.599,86
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	(164.434,48)	1.798.917,05
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.601.094,13	3.802.177,08
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.092.901,13	5.601.094,13
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(508.193,00)	1.798.917,05

Isabel Quariguazy da Frota
Diretora

JORGE LUIZ
MOREIRA,084948351
49
Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ MOREIRA,084948351
Data: 2020.04.24 14:27:03-03'00'

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC-DF 7534

Hacmony Amaro dos Santos
Diretor Administrativo

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 23/04/2020 12:59:09 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 746D-CF36-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/746D-CF36-0004>

Notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SERVIDORES PUBLICOS COOPERPLAN LTDA - SICOOB COOPERPLAN** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, constituída em **29/04/1997**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA. - SICOOB PLANALTO CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPERPLAN** possui **2** Postos de Atendimento em **BRÁSÍLIA - DF**.

O **SICOOB COOPERPLAN** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como objeto social:

- (i) desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e
- (iii) promover a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em **27/03/2020**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

JORGE LUIZ
MOREIRA:084
94835149

Assinado de forma
digital por JORGE LUIZ
MOREIRA:084835149
Data: 2020.04.24
09:25:14 -03'00'

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Obrigações por empréstimos

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

JORGE LUIZ
MOREIRA:08
494835149

Assinado de forma
digital por JORGE LUIZ
MOREIRA:08494835149
Data: 2020.04.24
09:24:17 -03'00'

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	195.120,30	193.307,54
Relações interfinanceiras - centralização financeira	4.897.780,83	5.407.786,59

JORGE LUIZ
MOREIRA0849
4835149

Assinado de forma digital
por JORGE LUIZ
MOREIRA0849084908490849
Data: 2020.04.24
09:24:41 -03'00'

TOTAL	5.092.901,13	5.601.094,13
--------------	---------------------	---------------------

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as relações interfinanceiras de liquidez referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, com taxa média de **105%** do CDI nos respectivos períodos.

Os rendimentos auferidos com a centralização financeira em 2018 totalizaram R\$ 406.836,69 e R\$ 303.552,22 em 2018.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	3.318.489,97	18.592.976,18	21.911.466,15	21.900.351,50
Total de Operações de Crédito	3.318.489,97	18.592.976,18	21.911.466,15	21.900.351,50
(-) Provisões para Operações de Crédito	(362.166,90)	(1.168.974,47)	(1.531.141,37)	(1.072.633,87)
TOTAL	2.956.323,07	17.424.001,71	20.380.324,78	20.827.717,63

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	2.376.635,04	2.376.635,04	-	4.027.660,43	-
A 0,5% Normal	8.448.027,56	8.448.027,56	(42.240,14)	8.989.288,65	(44.946,44)
B 1% Normal	5.207.993,72	5.207.993,72	(52.079,94)	3.046.055,51	(30.460,56)
B 1% Vencidas	144.294,20	144.294,20	(1.442,94)	38.093,01	(380,93)
C 3% Normal	2.991.057,00	2.991.057,00	(89.731,71)	2.775.477,37	(83.264,32)
C 3% Vencidas	206.441,36	206.441,36	(6.193,24)	36.420,31	(1.092,61)
D 10% Normal	694.970,30	694.970,30	(69.497,03)	1.548.955,50	(154.895,55)
D 10% Vencidas	43.301,42	43.301,42	(4.330,14)	292.834,08	(29.283,41)
E 30% Normal	293.758,18	293.758,18	(88.127,45)	336.121,53	(100.836,46)
E 30% Vencidas	8.442,53	8.442,53	(2.532,76)	37.807,25	(11.342,18)
F 50% Normal	249.281,36	249.281,36	(124.640,68)	207.480,66	(103.740,33)
F 50% Vencidas	72.194,43	72.194,43	(36.097,22)	21.326,31	(10.663,16)
G 70% Normal	120.948,41	120.948,41	(84.663,89)	108.380,31	(75.866,22)
G 70% Vencidas	415.188,53	415.188,53	(290.631,97)	28.630,06	(20.041,04)
H 100% Normal	404.880,54	404.880,54	(404.880,54)	235.060,05	(235.060,05)
H 100% Vencidas	234.051,57	234.051,57	(234.051,57)	170.760,47	(170.760,61)
Total Normal	20.787.552,11	20.787.552,11	(955.861,38)	21.274.480,01	(829.069,93)
Total Vencidos	1.123.914,04	1.123.914,04	(575.279,84)	625.871,49	(243.563,94)
Total Geral	21.911.466,15	21.911.466,15	(1.531.141,37)	21.900.351,50	(1.072.633,87)
Provisões	(1.531.141,37)	(1.531.141,37)	-	(1.072.633,87)	-
Total Líquido	20.380.324,78	20.380.324,78	-	20.827.717,63	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	1.347.905,48	1.970.584,49	18.592.976,18	21.911.466,15
TOTAL	1.347.905,48	1.970.584,49	18.592.976,18	21.911.466,15

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	1.666,20	1.666,20	0%
Pessoa Física	21.909.799,95	21.909.799,95	100%
TOTAL	21.911.466,15	21.911.466,15	100%

JORGE LUIZ
MOREIRA:084
94835149

Assinado eletronicamente
em 22/04/2020 às 15:02:10
por JORGE LUIZ
MOREIRA:08494835149
Data: 2020.04.24
09:42:13 -03'00'

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(1.072.633,87)	(509.249,97)
Constituições/Reversões	(764.991,84)	(655.201,95)
Transferência para prejuízo	306.484,34	91.818,05
TOTAL	(1.531.141,37)	(1.072.633,87)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	346.737,73	2,00%	407.859,95	2,00%
10 Maiores Devedores	2.554.463,79	12,00%	2.951.142,46	13,00%
50 Maiores Devedores	9.097.153,88	41,00%	9.276.150,27	42,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	970.045,74	1.248.353,65
Valor das operações transferidas no período	274.865,12	91.761,39
Valor das operações recuperadas no período	(36.328,38)	(370.069,30)
TOTAL	1.208.582,48	970.045,74

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2019 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 15.723.649,51**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	35.268,06	99.268,87
Rendas a Receber	25.088,56	27.259,90
Serviços prestados a receber (b)	541,07	299,55
Outras rendas a receber	10,12	6,13
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	24.537,37	26.954,22
Diversos	83.579,82	20.076,93
Devedores por depósitos em garantia	-	12.000,00
Impostos e contribuições a compensar	604,14	608,89
Títulos e créditos a receber	1.153,00	1.506,60
Devedores diversos – país (d)	81.822,68	5.961,44
(-) Provisões para outros créditos	(21.354,28)	(69.932,90)
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(21.354,28)	(69.932,90)
TOTAL	122.582,16	76.672,80

- O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.
- Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 541,07).
- Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** efetivamente recebidos no mês subsequente ao encerramento do exercício.
- Em Devedores Diversos estão registrados, pendências a regularizar (R\$ 81.822,68), em processo de análise e conciliação.
- A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

JORGE LUIZ MOREIRA,08
494835149

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA,08494835149
Data: 2020.04.24 09:24:04 -03'00'

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30% Vencidas	-	-	-	26.606,93	(7.982,08)
F	50% Normal	171,95	171,95	(85,98)	-	-
F	50% Vencidas	27.567,30	27.567,30	(13.783,65)	9.838,13	(4.919,07)
G	70% Vencidas	147,22	147,22	(103,05)	19.306,84	(13.514,79)
H	100% Vencidas	7.381,59	7.381,59	(7.381,59)	43.516,97	(43.516,97)
Total Normal		171,95	171,95	(85,98)	-	-
Total Vencidos		35.096,11	35.096,11	(21.268,29)	99.268,87	(69.932,90)
Total Geral		35.268,06	35.268,06	(21.354,27)	99.268,87	(69.932,90)
Provisões		(21.354,27)	(21.354,27)	-	(69.932,90)	-
Total Líquido		13.913,79	13.913,79	-	29.335,97	-

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em Estoque	574,00	679,00
Despesas Antecipadas (a)	38.979,40	30.093,36
TOTAL	39.553,40	30.772,36

- a) Registram-se no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, aluguéis, auxílio alimentação, auxílio transporte e auditoria externa CNAC.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Planalto Central	3.905.681,89	2.886.282,99
TOTAL	3.905.681,89	2.886.282,99

- a) Refere-se a cotas de capital no **SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	4%	150.000,00	150.000,00
(-) Depreciação Acumulada - Imóveis de Uso - Edificações		(40.233,33)	(28.233,33)
Instalações	10%	261.083,79	261.083,79
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(214.422,29)	(192.864,50)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	149.059,63	147.649,61
(-) Depreciação Acumulada - Móveis e Equipamentos de Uso		(41.388,25)	(26.983,28)
Sistema de Comunicação	20%	3.893,99	-
Sistema de Processamento de Dados	20%	184.478,39	182.522,36
Sistema de Segurança	10%	15.030,00	15.030,00
(-) Depreciação Acumulada - Outras Imobilizações de Uso		(154.394,68)	(126.845,59)
TOTAL		313.107,25	381.359,06

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
-----------	------------	---------------------	------------	---------------------

JORGE LUIZ MOREIRA-0849
4835149

Assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

Assinaweb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

Ciculante	7.373.726,93		8.684.629,62	
Depósito à Vista	1.093.705,24	-	668.427,96	-
Depósito Sob Aviso	1.992,57	1,31	1.894,12	1,39
Depósito a Prazo	6.278.029,12	0,90	8.014.307,54	1,02
Exigível a Longo Prazo	992.084,53		-	
Depósito a Prazo	992.084,53	0,90	-	-
TOTAL	8.365.811,46		8.684.629,62	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	1.333.446,42	17,00%	2.726.287,79	33,00%
10 Maiores Depositantes	3.821.494,29	48,00%	4.865.862,99	58,00%
50 Maiores Depositantes	6.685.857,99	84,00%	7.296.818,00	87,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(98,45)	(101,14)
Despesas de Depósitos a Prazo	(633.059,18)	(535.425,23)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(13.474,35)	(10.526,09)
TOTAL	(646.631,98)	(546.052,46)

12. Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cooperativa Central	13.892.938,14	14.857.543,01
TOTAL	13.892.938,14	14.857.543,01

a) As despesas dessa transação resultaram em 2019 o montante de R\$ 978.520,20 e R\$ 755.392,00 em 2018.

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.819,98	571,67
Sociais e Estatutárias	169.621,90	178.781,66
Fiscais e Previdenciárias	64.194,97	42.500,67
Diversas	319.105,97	218.542,96
TOTAL	554.742,82	440.396,96

13.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	49.658,07	55.891,72
FATES - Resultado de Atos com Não Associados (a)	98.346,99	100.726,99
Cotas de Capital a Pagar (b)	21.616,84	22.162,95
TOTAL	169.621,90	178.781,66

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2. Fiscais e Previdenciárias

JORGE LUIZ Assinado de forma
digital por JORGE LUIZ
MOREIRA:08
494835149
MORERA0864835149
Data: 2020.04.24
09:23:11 -03'00'

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	226,34	216,93
Impostos e Contribuições sobre Salários	50.755,06	40.893,83
Outros	13.213,57	1.389,91
TOTAL	64.194,97	42.500,67

13.3. Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	130.216,34	-	72.553,94	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	43.666,28	-	37.242,57	15,19
Credores Diversos – País (c)	145.223,35	-	108.731,26	-
TOTAL	319.105,97	-	218.527,77	15,19

- a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.
- b) Refere-se à contabilização, a partir de **31/03/2015**, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 936.761,72 (R\$ 1.093.406,95 em 31/12/2018)**, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- c) Em Credores Diversos estão registrados, pendências a regularizar (R\$ 24.092,23), pendências Banco do Brasil (R\$ 31.669,42), rateio despesas do Sicoob Planalto Central (R\$ 36.406,98), saldos credores - encerramento conta corrente (R\$ 18.342,08), devolução saldo credor – cartões (R\$ 2.654,13) e outros - patrocínio do Sicoob Planalto Central (R\$ 32.058,51).

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPERPLAN** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	4.049.891,30	3.313.400,93
Associados	874	843

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **45%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

JORGE LUIZ
MOREIRA:08
494835149

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Data: 2020.04.24 09:23:03 -03'00'

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **29/04/2019**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ **273.967,09** e R\$ **27.095,64** manteve nas sobras sem destinação.

As sobras ou perdas líquidas dos exercícios foram assim constituídas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras do 1º semestre	858.922,81	923.081,86
Sobras do 2º semestre	(64.379,38)	(320.956,41)
Total das Sobras do Exercício	794.543,43	602.125,45
Destinação para o Fates de ato cooperativo (5%)	(39.727,17)	(30.106,27)
Destinação para reserva legal (45%)	(357.544,54)	(270.956,45)
Sobras ou Perdas Líquidas após as Destinações Estatutárias (Obrigatórias)	397.271,72	301.062,73

16. Receitas de operações de credito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	4.521,12	3.019,20
Rendas de Empréstimos	4.330.249,84	3.914.455,55
Rendas de Financiamentos	6.338,29	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	230.401,12	412.106,21
TOTAL	4.571.510,37	4.329.580,96

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(646.631,98)	(546.052,46)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(978.520,20)	(755.392,00)
Provisões para Operações de Credito	(1.566.151,85)	(660.615,75)
TOTAL	(2.422.616,20)	(2.025.128,80)

18. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	9.571,50	11.282,08
Rendas de Serviços Prioritários - PF	81.126,00	80.077,28
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	40,00	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	15.588,53	5.289,00
TOTAL	106.326,03	96.648,36

19. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(43.500,00)	(36.500,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(553.718,64)	(353.001,18)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(298.900,78)	(250.123,76)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(253.669,37)	(199.870,56)
Despesas de Pessoal - Proventos	(451.253,80)	(364.209,51)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(17.400,00)	(12.720,00)
TOTAL	(1.618.442,59)	(1.216.425,01)

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(12.182,92)	(8.377,00)
Despesas de Aluguéis	(51.222,26)	(49.004,45)
Despesas de Comunicações	(56.901,57)	(34.289,12)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(7.521,24)	(28.162,07)
Despesas de Material	(7.675,95)	(15.637,44)
Despesas de Processamento de Dados	(71.164,64)	(71.531,35)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(329,50)	-

JORGE LUIZ
MOREIRA:08
494835149

Assinado de forma
digital por JORGE LUIZ
MOREIRA:08
494835149 em 22/04/2020
10:23:32 -0100'

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

Despesas de Publicações	(2.903,76)	(973,44)
Despesas de Seguros	(2.283,13)	(422,36)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(216.454,19)	(140.370,05)
Despesas de Serviços de Terceiros	(16.702,39)	(15.773,31)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(89.850,06)	(69.546,19)
Despesas de Transporte	(6.826,21)	(5.248,53)
Despesas de Viagem no País	(815,66)	-
Despesas de Amortização	(3.309,64)	(5.901,76)
Despesas de Depreciação	(74.273,83)	(190.655,64)
Outras Despesas Administrativas	(258.032,68)	(230.226,83)
Emolumentos judiciais e cartorários	(8.499,57)	(5.371,79)
Contribuição a OCE	(3.525,60)	(3.408,72)
Rateio de despesas da Central	(437.834,27)	(441.034,36)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(69.698,30)	(18.833,87)
TOTAL	(1.398.007,37)	(1.334.768,28)

21. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	62.893,62	103.815,32
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	74.351,24	7.071,43
Distribuição de sobras da central	740.597,72	-
Outras rendas operacionais	-	468.414,55
Rendas oriundas de cartões de crédito	244.098,45	202.079,21
TOTAL	1.121.941,03	781.380,51

22. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(869,72)	(3.452,01)
Despesas de Provisões Passivas	(80.759,76)	(24.305,90)
Outras Despesas Operacionais	(154.154,34)	(317.504,92)
Descontos concedidos - operações de crédito	(0,47)	(34.100,48)
Cancelamento - tarifas pendentes	(3.797,90)	(1.759,80)
TOTAL	(239.582,19)	(381.123,11)

23. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	39.890,49	27.908,47
(-) Perdas de Capital	-	(10.772,66)
Resultado Líquido	39.890,49	17.135,81

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	127.105,37	0,4966%	401,53
TOTAL	127.105,37	0,4966%	401,53

JORGE LUIZ
MOREIRA:084
94835149

Assinado de forma
digital em 22/04/2020 às 15:02:10
MORERA.GONCALVES1149
SERIAL: 20200424
002114-070F

Montante das Operações Passivas	281.121,25	5,3989%
--	------------	---------

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.249,22	21,48	1,0029%
Empréstimo	60.127,48	360,52	0,2798%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	20.566,22	2,2442%	0%
Depósitos a Prazo	1.225.645,34	16,8541%	0,7841%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial e empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,0875%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,8012%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,6090%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,2883%
Aplicações Financeiras	5,3989%

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
49.946,98	103.014,84

e) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(43.500,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(553.718,64)
Encargos Sociais	(128.020,28)

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SERVIDORES PUBLICOS COOPERPLAN LTDA - SICOOB COOPERPLAN, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB PLANALTO CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB PLANALTO CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

JORGE LUIZ MOREIRA-08
494835149

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA-08494835149
Data: 2020.04.24 09:21:51 -0300

O **SICOOB COOPERPLAN** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Centralização Financeira	4.897.780,83	5.407.786,59
Investimentos	3.905.681,89	2.886.282,99
Passivo		
Obrigação por Empréstimos	13.892.938,14	14.857.543,01

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Data: 2020.04.24 09:21:35 -03'00'

AssinaWeb - Documento enviado para processo de assinatura digital em 22/04/2020 15:02:10 (BRT/UTC-3) - Código de verificação: 962E-6040-0004
Validação e status atual do documento acessível em <https://www2.assinaweb.com.br/app/Documento/Protocolo/962E-6040-0004>

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

JORGE LUIZ MOREIRA-08
494835149

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA-08 em 22/04/2020 15:02:10
092117-030F

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	3.158.209,77	3.051.848,33
Ativos Ponderados por Risco - RWA	19.155.901,22	19.231.231,53
Índice de Basileia	16,49%	15,87%

29. Provisão para demandas judiciais e passivos contingentes.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPERPLAN**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível ou provável.

Isabel Quariguazy da Frota
Diretora

Hacmony Amaro dos Santos
Diretor Administrativo

JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
35149

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Dados: 2020.04.24 09:20:54 -03'00'

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC-DF 7534

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Cooperplan Ltda. – Sicoob Cooperplan
Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Cooperplan Ltda. – Sicoob Cooperplan, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cooperplan em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Cooperplan é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança da Cooperativa.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 07 de abril de 2020.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo'.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019

Em atenção ao que determina o Estatuto Social do SICOOB COOPERPLAN, no art. 48, inciso I, e art. 86, inciso IV, no cumprimento das atribuições que lhes foram delegadas na Assembleia Geral do dia 29 de abril de 2019 e tendo por base o que estabelecem as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil e, considerando que ao longo de 2019, vem acompanhando sistematicamente as atividades da Cooperativa com exames, análises de documentos e inspeções locais, entendendo ainda que:

- a) O Relatório da Auditoria Interna, apresentado pela SICOOB Planalto Central, relativo à auditoria realizada no exercício de 2019, não apontou ato ou fato que comprometa a gestão da Cooperativa;
- b) As Demonstrações Financeiras possibilitam adequada compreensão da situação financeira da Cooperativa;
- c) O Balanço Patrimonial e seus respectivos demonstrativos demonstram a real situação da Cooperativa;
- d) O Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, constatou que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Este Conselho Resolve Recomendar à Assembleia Geral a APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019 na forma apresentada.

Brasília, 24 de abril de 2020.

Regina Maria G. Freitas

Membro Presidente

Milton Barbosa

Membro Suplente

Luiz Guilherme Deud

Membro Secretário

José Valdemar de Medeiros

Membro Suplente

Aline Lins de Oliveira

Membro Efetivo

Joaquim Alves Brandão Primo

Membro Suplente



Somos feitos de



SICOOB
Cooperplan

**VA
LO
RES**